



ARTIGO



**URBANIZAÇÃO, ECONOMIA GLOBAL E INOVAÇÃO NA ÁFRICA
SUBSAARIANA: QUE DINÂMICAS?**

*URBANIZATION, GLOBAL ECONOMY AND INNOVATION IN SUB-SAHARA
AFRICA: WHAT DYNAMICS?*

*URBANIZACIÓN, ECONOMÍA GLOBAL E INNOVACIÓN EN ÁFRICA
SUBSAHARIANA: ¿QUÉ DINÁMICAS?*

Por Luiz Adriano Guevane

152

Luiz Adriano Guevane

Docente na Faculdade de Ciências da Terra e
Ambiente da Universidade Pedagógica de
Maputo, Moçambique

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0974-7816>

E-mail: luisguevane@gmail.com

Submetido: 06/12/2025

Aceite: 24/12/2025

Como citar

GUEVANE, Luiz Adriano. Urbanização,
economia global e inovação na África
Subsaariana: que dinâmicas? **Boletim
GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 152-170, jul.-dez.
2025.



Resumo:

O presente estudo, baseado no levantamento e análise bibliográfica, aborda as relações entre a urbanização, a economia global e a inovação, tendo como pressuposto que o crescimento da população urbana na África Subsaariana (ASS) tende a superar a população rural. A assumpção assumida é a de que o “jogo” da globalização, no quadro da intensificação da urbanização, pelos benefícios que esta apresenta, tende a aumentar progressivamente a consistência da atratividade do “urbano”, retroalimentando a “intensificação” e a inovação. As economias da ASS, e particularmente de seus respectivos espaços urbanos, encontram-se em posição periférica relativamente à “nova economia” global, desenvolvendo uma inovação ajustada a essa condição. Nessa perspectiva, a intensificação da urbanização encerra em si a oportunidade de impulsionar a melhoria das condições de vida, incluindo as condições socio-espaciais urbanas, o que ainda não é uma realidade generalizada na ASS, por conta da frágil capacidade de internacionalização da produção. Na inter-relação entre a dinâmica da urbanização, economia global e inovação, a atratividade dos polos urbanos, ou das cidades, na ASS, tende a intensificar a urbanização no quadro do “jogo” da globalização, influenciando na manutenção das diferenciações socio-espaciais, ou seja, de existência de espaços de polaridade e de fragmentação urbanas.

Palavras-chave: Urbano. Globalização. Cidades inteligentes. Sistema.

Abstract:

Based on a bibliographical survey and analysis, this study seeks to address the relationships between urbanization, global economy, and innovation, assuming that the growth of the urban population in Sub-Saharan Africa (SSA) tends to outpace that of the rural population. The assumption made is that the game of globalization, within the framework of the intensification of urbanization, due to the benefits it presents, tends to gradually increase the consistency of the attractiveness of the “urban”, thus having outcomes such as “intensification”, innovation, and other aspects. The economies of SSA countries are in a peripheral position in relation to the global “new economy”, developing a sense of innovation that is adjusted to this condition. From this perspective, the intensification of urbanization brings the opportunity to boost and improve living conditions, including urban socio-spatial conditions, which is not yet a widespread reality in SSA. In the relationship between the dynamics of urbanization, global economy and innovation, the attractiveness of urban centers or cities in SSA tends to intensify urbanization within the framework of the globalization game, influencing the maintenance of socio-spatial differentiations, which in other words, can be described as the existence of spaces of urban polarity and fragmentation.

Keywords: Urban. Globalization. Smart cities. System.

Resumen:

Esta investigación, basada en un estudio y análisis bibliográfico, aborda las relaciones entre la urbanización, la economía global y la innovación, asumiendo que el crecimiento de la población urbana en África Subsahariana (ASS) tiende a superar al crecimiento de la población rural. Se parte del supuesto de que el juego de la globalización, en el marco de la intensificación de la urbanización, por los beneficios que presenta, tiende a aumentar progresivamente la consistencia del atractivo de lo “urbano”, retroalimentando la “intensificación” y la innovación. Las economías del ASS se encuentran en una posición periférica en relación a la “nueva economía” global, desarrollando innovación ajustada a esta condición. La intensificación de la urbanización trae la oportunidad de impulsar la mejora de las condiciones de vida, incluyendo las condiciones socioespaciales urbanas, lo que aún no es una realidad generalizada en África subsahariana. En la interrelación entre la dinámica de la urbanización, la economía global y la innovación, el atractivo de los centros urbanos, o ciudades, en África subsahariana tiende a intensificar la urbanización en el marco del juego de la globalización, influyendo en el mantenimiento de las diferenciaciones socioespaciales, es decir, la existencia de espacios de polaridad y fragmentación urbana.

Palabras clave: Urbano. Globalización. Ciudades inteligentes. Sistema.



INTRODUÇÃO

A urbanização constitui o processo pelo qual o crescimento da população urbana se dá a um ritmo maior que o da população rural, implicando mudanças socio-económicas, ambientais e culturais. É dinâmica, ocorrendo como consequência de um conjunto de factores, desde os políticos aos culturais, passando pelos económicos, em diversas escalas, incluindo a local e/ou global. Nesse processo surgem espaços urbanos caracterizados pela polaridade e fragmentação como reflexo de dinâmicas próprias, onde interagem a economia global, a inovação, entre outros, perfazendo um “sistema” com sua respetiva complexidade. Na análise em causa, com algum olhar prospetivo, é destacada a intensificação da urbanização. Esta inclui, sem dúvida, a relação entre a população urbana e a disponibilização de recursos (naturais e humanos) que proporcionem uma crescente melhoria da qualidade de vida urbana sem perder de vista aspectos como a produção de riqueza e de capacidade social. Isto em um continente, particularmente a ASS, onde o neoliberalismo, a democracia, o poder político, a acção dos mercados, os fluxos migratórios, entre outros, articulam as suas combinações em função da intensidade do “jogo” da globalização. “Jogo” este cujas conexões entre os vários planos e momentos do desenvolvimento urbano afloram um conjunto de complexas relações que envolvem um “todo” sistémico, ou seja, forças políticas, sociais, económicas e culturais, interagindo em diferentes escalas geográficas, mas sobretudo económicas, visando tirar proveitos de sua própria condição escalar. Por exemplo, as economias europeias e americanas são dominantes face à economia africana e tiram proveitos dessa condição. Nessa interacção, dentro de sua escala de possibilidades, a África “joga” em prol da melhoria da qualidade de benefícios daí decorrentes no quadro dos planos e momentos das dinâmicas que se (re)produzem no espaço urbano. Nesta perspectiva será usado o termo “nova economia” global, abordado por Castells (2003), por ter inspirado o presente trabalho. A atratividade dos polos urbanos, ou das cidades, tende a intensificar a urbanização na esteira do “jogo” da globalização, influenciando na manutenção das diferenciações socio-espaciais, ou seja, na existência continuada de espaços contrastantes que apresentam diferentes momentos de desenvolvimento urbano. Assim, fazendo recurso à pesquisa bibliográfica, tendo implícito o desenvolvimento urbano como um sistema, considerou-se a generalidade do continente africano, focalizando a análise na ASS onde alguns países e algumas cidades serviram de base exemplificativa das dinâmicas em questão. Na inter-relação entre a dinâmica da urbanização, a economia global e



a inovação, tendo em conta os polos urbanos ou cidades da ASS, a interface entre a intensificação da urbanização e o “jogo” da globalização influencia na manutenção do sentido do desenvolvimento urbano que aponta para quadros de polaridade e de fragmentação urbanas. Ao explorar as combinações entre a urbanização, a economia global e a inovação, no quadro do “jogo” da globalização, o presente estudo procura uma aproximação às dinâmicas daí resultantes com vista a entender o sentido de desenvolvimento das cidades na ASS.

OS PLANOS E MOMENTOS DAS DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO URBANO

Como Saghir e Santoro (2018) referem, os centros urbanos têm um papel fundamental no processo de combate à pobreza e na sustentação do crescimento económico, sendo assim considerados o futuro da prosperidade no mundo em desenvolvimento. No bojo desse papel, como Naciff, Kneib e Amaral (2019, p. 10) escrevem, um pensamento sistémico permite “assumir as cidades enquanto sistemas complexos”, oferecendo a possibilidade de uma “abordagem integral do espaço urbano”. Nesse sentido, olhando para a “cidade produzida” – o plano espacial (Carlos, 2007), três planos se articulam: o económico, o político e o social.

No plano económico, a “cidade produzida” pode ser considerada “condição de realização da produção do capital” sem perder de vista que “a reprodução das frações de capital” ocorre “através da produção do espaço” (Carlos, 2007, p. 21), no tempo. Num primeiro momento, como Vale e Vasconcelos (1984) referem, a área urbana é pequena sendo que a sua base económica assenta fundamentalmente em estrutura produtiva dominada por pequenas empresas fabris e comerciais, gerando parcela significativa do rendimento urbano. Entra-se, assim, no processo de desenvolvimento económico. As assimetrias na distribuição do rendimento nacional são díspares. O momento seguinte é o da expansão das indústrias transformadoras e do tamanho das áreas urbanas. O sector secundário tende a expandir-se rapidamente, seguido do terciário, enquanto o primário se torna menos importante na composição do produto nacional. Aumentam as oportunidades, mas também se assiste a uma grande atração das maiores cidades sobre as populações e áreas urbanas de menor dimensão. O terceiro momento corresponde a uma maior expansão do sector terciário tanto ao nível das urbes como ao nível nacional. É o momento da grande concentração de actividades económicas e de população nas áreas metropolitanas (Vale, Vasconcelos, 1984).

Nas cidades e/ou nos polos urbanos da ASS, cujo nível geral de desenvolvimento é considerado baixo, não só as referidas assimetrias prevalecem como também se pode assistir a



uma indefinição sobre o seu enquadramento com relação a sequência dos momentos acima apresentados. No entanto, tanto a polarização como a fragmentação urbana estão presentes, confundindo, de certo modo, os referidos momentos. O poder de atração das zonas metropolitanas abre um campo crescente para a inovação, a ciência, o entretenimento, entre outros. No plano político, a “cidade produzida” pode ser encarada como espaço de dominação por parte do Estado sobre a sociedade por meio da produção de um “espaço normatizado”, como refere Carlos (2007). E, por fim, no plano social, a cidade produzida pode ser considerada “elemento central da reprodução da vida humana” (ibidem).

Os três momentos referidos no plano económico se entrecruzam com estes dois últimos planos (o social e o político) combinando-se como um todo sem descurar a importância das partes e permitindo olhar a “cidade produzida” como um sistema com sua própria dinâmica. Nesse quadro se desenvolve a respectiva cadência da urbanização onde se pode assistir à interface entre o “urbano” e a economia global, ao ritmo, por exemplo, da internacionalização da produção e sua distribuição, da inovação tecnológica, da tendência decrescente do protecionismo; do significativo peso das multinacionais, entre outros. Estes aspectos fazem parte de um conjunto de características da “nova economia” que domina o Mundo, elencadas por Castells (2003), e que constituem vetores de análise da relação entre o “urbano” e a economia global.

A CADÊNCIA DA URBANIZAÇÃO

Parece haver unanimidade estatística quanto à intensificação da urbanização na ASS. Em termos comparativos, a ASS regista uma taxa anual de crescimento da população urbana na casa dos 4,1%, mais alta que a global que se situa em torno de 2,0% ao ano (Saghir, Santoro, 2018). A tendência geral é a de que num futuro próximo a população urbana ultrapasse, em tamanho, a rural. Lwasa (2014) escreve que a suposição de que os centros urbanos abririam novas oportunidades para a população subsaariana em termos de novos mercados para áreas rurais, indústrias de emprego como veículos de difusão de ideias e técnicas no meio rural, tem sido de difícil aplicação em muitas cidades. Ainda assim, a referida intensificação parece válida como oportunidade para a população da ASS dada a integração e complementaridade entre a produção urbana e as dinâmicas do espaço rural que, ao longo do tempo, tem sido uma prática comum ao ritmo da globalização.



Deste modo, na cadência da urbanização dos países da ASS, é cada vez mais forte a tendência de aumento da proporção de pessoas a viver em áreas urbanas devido a razões como a migração (rural-urbana), o significativo crescimento natural da população urbana e a reclassificação de assentamentos rurais em urbanos. A expansão das cidades, considerando a África no geral, leva à incorporação das antigas áreas periurbanas à cidade ou jurisdição urbana, congregando assim vários ritmos de desenvolvimento urbano que, no plano económico, podem aglutinar o primeiro e o segundo momento e, em outros casos, o segundo e o terceiro momento. Estas razões, no seu conjunto, contribuem para que a taxa de urbanização em África, ao ano, seja alta, rondando os 3,3%. Em 1950 o nível de urbanização em África se situava em torno de 27% a 35%, tendo escalado para 40% em 2015, esperando-se que suba para 48% em 2030 e 60% em 2050 (Parnell, Walawege, 2014; Amegah, 2021).

Com um horizonte temporal situado em 2030, cujo grau de urbanização rondaria os 50%, Rolim (2010) olha para as referidas projeções com preocupação. No conjunto dos continentes, como ele observa, África é o menos urbanizado, tendo, no entanto, as taxas de urbanização mais altas do mundo. Entre 1950 e 2005 a mesma foi de 4,29%. Entre 2005 e 2030 prevê-se que seja de 3,04% ao ano. Ainda segundo Rolim (2010) significaria crescer cerca de 395 milhões de novos habitantes urbanos aos 347 milhões de 2005, com uma tendência de duplicação da população urbana da África até 2030, o que seria um cenário altamente preocupante no quadro urbano africano, uma vez que é frágil a dinamização das economias urbanas bem como o investimento em infraestrutura. Para ele, as tendências atuais de urbanização, face ao desejado sucesso das estratégias de desenvolvimento rural para a África, ganharão maior ímpeto “uma vez que não existe na história da humanidade um caso em que o aumento da produtividade agrícola não tenha implicado em pressão migratória sobre as cidades” (Rolim, 2010, p. 16). Olhando especificamente para a ASS, considerada a de urbanização mais rápida do mundo, com 143 cidades geradoras de um Produto Interno Bruto (PIB) de 0.5 trilhões de dólares, estima-se que as áreas urbanas, contendo cerca de 472 milhões de pessoas, dupliquem este tamanho nos próximos 25 anos (Saghir, Santoro, 2018).

Considerando a relação entre o esperado aumento do tamanho da população urbana e a economia urbana, as referidas taxas de crescimento da população urbana chamam a atenção para que a produção urbana se adeque a um planeamento urbano que tenha em conta a questão da infraestruturização (habitacional, educacional, de saúde, de lazer, transportes e vias de



comunicação, etc.), ou, de um modo geral, considere o equilíbrio entre o provimento de condições de vida básicas e a pressão demográfica. Essa relação terá sido observada na sociedade Ocidental onde, como refere Donne (1980), a diminuição da mortalidade teria impactado na passagem da sociedade rural para a sociedade urbana. A partir do século XIX, ainda segundo Donne (1980), em decorrência da melhoria geral do nível de vida e de higiene, dos progressos da medicina e da química, houve sucessivos aumentos na esperança de vida, melhorias disseminadas a seu ritmo nos países menos avançados.

Nos países mais avançados, cerca de 75% da população vive em áreas urbanas (Mutunga *et al.*, 2012). Na actualidade, África e Ásia têm sido consideradas as regiões geográficas menos urbanizadas do mundo. Espera-se que em 2050 as duas atinjam o maior número de habitantes urbanos do mundo, ou seja, um contingente de 1,5 bilhão para África e 3,5 bilhões para Ásia (UN, 2019). Tendo África uma população predominantemente jovem, comparativamente aos demais, com tendências de redução da mortalidade, espera-se que um forte aumento populacional ocorra, sobretudo, na ASS. África tem na agricultura o grosso da força de trabalho.irá esse contingente populacional engrossar a força de trabalho na agricultura ou incidirá sobre a indústria e serviços?

África é um continente que conta com as maiores taxas de crescimento urbano do mundo, ainda que uma parcela relativamente baixa da população viva em áreas urbanas. As cidades consideradas por Baeumler *et al.* (2021) como pequenas e intermédias poderão vir a comportar considerável parcela de crescimento da população urbana (Idem, 2021), prevendo-se assim que 50% dos africanos residam, em 2035, em áreas urbanas, com destaque para as referidas cidades pequenas e intermédias (AUC/OECD, 2018). Tomando por base as tendências descritas, os espaços urbanos que atraem a referida população poderão retroalimentar a intensificação da urbanização e, com esta, dinamizar a movimentação de capitais, o desenvolvimento e/ou adoção de novas tecnologias, gerar vários tipos de inovação, se considerarmos os avanços e a massificação do “jogo” da globalização.

Tendo como horizonte temporal a segunda metade do século XXI (ou seja, após 2050), Li *et al.* (2021) referem que África poderá constituir-se num novo motor de crescimento urbano, ainda que em proporção relativamente baixa comparativamente a outros continentes. A maior parte do crescimento populacional esperado, particularmente na ASS, será em áreas urbanas, que é onde se concentra o PIB de muitos países (Mutunga *et al.*, 2012; Saghir e Santoro, 2018).

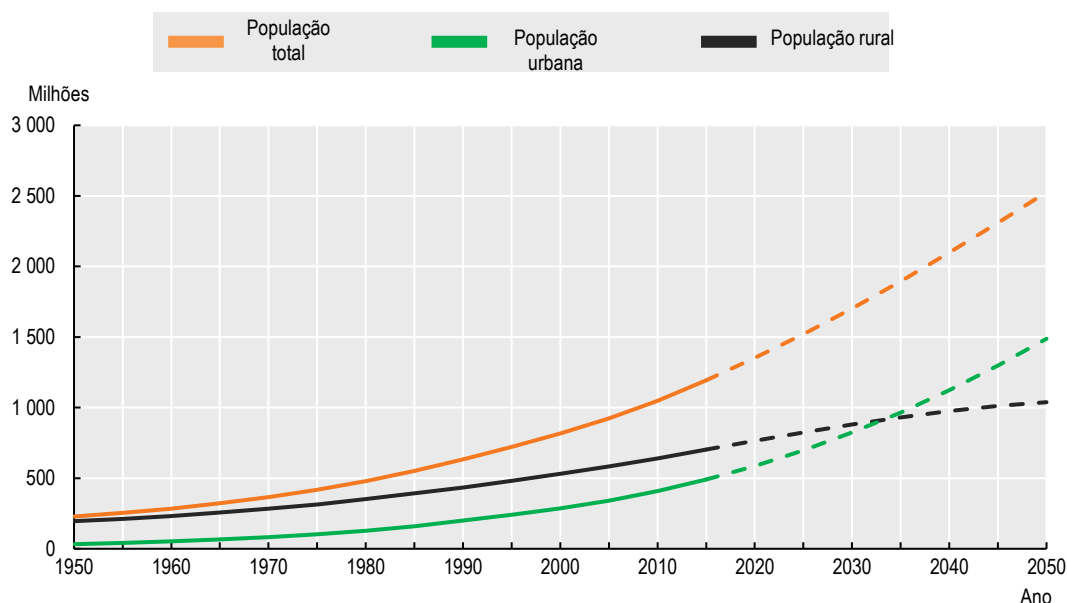


Ainda assim, é de se considerar a grande diversidade em termos de tendências demográficas entre países e regiões africanas como avançam Baeumler *et al.* (2021), incluindo as tendências de crescimento económico e como estas se constituem em ganhos sociais.

Nesta perspectiva, as tendências de aumento da população urbana constituam desafio acrescido para os países africanos, particularmente os da ASS. Essa tendência pode ser perceptível a partir da figura 1. Nesta, as previsões começam a partir de 2015, com base no cenário de fertilidade média da UNDESA. São países cujo rendimento per capita tem sido tendencialmente baixo, resultando daqui, entre outros aspectos, as dificuldades inerentes ao provimento de bens e serviços, o que se reflete no reforço de quadros de polarização e fragmentação urbanas.

Assiste-se, nesta sequência, segundo Viana (2011), a uma produção urbana não infraestruturada, não prevista e espontânea, ultrapassando o planeamento físico e o ordenamento do território, ou seja, uma produção que se debate com os efeitos do processo de urbanização acelerada, afetando tipologias, formas urbanas e respectivos limites, mas mantendo as interconexões entre os seus sistemas e subsistemas estruturais. Produção urbana que ocorre em países pobres que, como Araújo (2003) refere, enfrentam grandes dificuldades para suportar e enquadrar os fluxos migratórios rurais-urbanos o que é agravado por factores conjunturais.

Figura 1 - Tendências de crescimento nas populações urbana, rural e total de África, 1950-2050.



Fonte: UNDESA (2018 In: AUC/OECD 2018, p. 87).

A produção urbana na ASS apresenta, em menor escala, um quadro de polarização e, de forma expressiva, de fragmentação. A polarização trás à tona a ideia de dominância, ocorrendo por acção de unidades motrizes (uma ou mais), que se caracterizam por actividades produtivas, ampliando a atratividade da aglomeração urbana em termos de mercado de trabalho, oferta de bens e serviços especializados, incluindo condições de vida diferenciadas (Stamm *et al.*, 2017). Por seu turno, a fragmentação traduz a ideia de mosaico; no caso do espaço urbano, segundo Legroux (2021), remete aos cortes, aos muros, aos confinamentos, às discontinuidades físicas e morfológicas, entre outros aspectos, “mal articulados entre si e com altos níveis de desigualdades em termos de acesso às infraestruturas e aos serviços urbanos” (Legroux, 2021, p. 239).

Diante do paradoxo da globalização, segundo Smouts (2004), os fenómenos de polarização e de fragmentação tenderão a ser acentuados, aumentando a distância entre os que jogam o “jogo” da globalização e os que dele são excluídos. No entanto, ainda que se aumentem as desigualdades sociais e económicas, mas também sócio-espaciais, estando a intensificação da urbanização em andamento, as dinâmicas do espaço urbano não deixarão de se abrir à



crescente massificação dos ganhos derivados da “nova economia” global, criando assim espaços de oportunidades de vária ordem para a população urbana da ASS.

A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A URBANIZAÇÃO

A internacionalização da produção e do comércio tendo por base o continente africano é ainda incipiente. Ocorre num quadro a necessitar de muitas melhorias. A maior parte da população, conforme Penna Filho (2023) refere, vive em zonas rurais e depende da agricultura de subsistência cuja produtividade é baixa. O habitante das grandes cidades africanas, em sua grande maioria, vive do trabalho informal, desamparados do ponto de vista social e estatal, situação só alterável por meio de avultados investimentos em “educação e maior responsabilidade social e política por parte dos líderes africanos. É uma tarefa difícil, um grande desafio, do qual depende o futuro do continente” (Penna Filho, 2023, p. 71).

Satterthwaite (2007) considera a internacionalização da produção e do comércio mundial (incluindo a rápida expansão do valor de comércio internacional) como sendo uma importante base para o rápido crescimento das cidades. Nesta perspectiva, os espaços urbanos desenvolvem interações que se imbricam tanto interna como externamente, visando a prosperidade económica, social, cultural, à escala local e/ou regional.

A internacionalização da produção é observada quando é feita por um agente económico, geralmente empresas transnacionais, sendo que os centros de decisão se situam em países avançados, com economias de mercado, ou mesmo economias centralizadas, que operam internacionalmente (Lahera, 1984). Traduz uma relação entre a globalização e o conhecimento que a sustenta. As firmas multinacionais operam à escala planetária, modificando as condições de produção e respectiva distribuição, com os fenómenos de deslocalização, incluindo fusões e aquisições (Smouts, 2004).

Assim, face à “nova economia” global, segundo Castells (2003), há um duplo papel a ser desempenhado pelas cidades. Estas são essenciais tanto na produção dos processos de geração de riqueza como na produção de capacidade social tendente a corrigir os “efeitos desintegradores e destruidores de uma economia de redes sem nenhuma referência a valores sociais mais amplos, mais coletivos ou não mensuráveis pelo mercado”, sendo um dos exemplos a preservação da natureza ou da identidade cultural (Castells, 2003, p. 21). Sobre o



conhecimento e globalização, incluindo a respectiva repercussão na economia global, Vale (2009, p. 11) escreve o seguinte:

É impossível dissociar a emergência da economia do conhecimento do processo de globalização. Assiste-se ao aumento da intensidade dos fluxos de bens, informação, capital e pessoas, em resultado da evolução tecnológica das redes de transporte e de comunicação (internet), bem como da acção política exercida por um conjunto de instituições supra-nacionais na remoção das barreiras ao comércio externo e à livre circulação de capitais. Esta aceleração dos fluxos tem repercussões em virtualmente todas as regiões e Estados-nação, expondo as empresas e os territórios a um novo modelo de competitividade global (Vale, 2009, p. 11).

Nesta perspetiva, em África, com países e cidades apresentando desenvolvimento diversificado, particularmente a ASS cuja força de trabalho se concentra na agricultura, a internacionalização da produção e do comércio tende a não trazer grandes ganhos para o avanço de suas economias, mas para a global. Ora, o território explorado tende a não evoluir espacialmente para um estágio impactante de desenvolvimento social e cultural (com a presença, por exemplo, de um ou outro empreendimento que se destaca pela visibilidade e atratividade muita das vezes incomum). A passagem para um novo estágio de desenvolvimento territorial, por exemplo, em termos infraestruturais, após a implantação das multinacionais, pode-se confrontar com o processo de materialização das políticas públicas e do momento ou plano de desenvolvimento urbano, mas não depende dos mesmos. Essa implantação é muita das vezes tomada como uma oportunidade de elevação do Produto Interno Bruto (PIB), como é o caso, por exemplo, da Mozal, em Moçambique, na Província de Maputo que, com o tempo, impactou na urbanização do seu entorno.

A distribuição da força de trabalho na ASS elucida, em parte, os níveis de desenvolvimento diversificado e, assim, uma fraca tendência de internacionalização da produção e do comércio, o que impacta, a seu ritmo, no crescimento das cidades. Este quadro pode ser reforçado pela relação entre o desenvolvimento urbano e a distribuição da força de trabalho, o dinamismo das áreas urbanas e periurbanas, a relação entre a taxa de urbanização e o crescimento económico, e os efeitos da urbanização acelerada.



Figura 2 – Força de trabalho por ocupação (%).

País	Agricultura	Indústria	Serviços
Nigéria	70	10	20
África do Sul	4,6	23,5	71,9
Sudão	80	7	13
Angola	85	15	
Etiópia	72	7,4	19,9
Quênia	61,1	6,7	32,2

Fonte: Adaptado (Calvete, Lopes, 2020).

A partir do estudo feito por Calvete e Lopes (2020) a um conjunto de países (figura 2), é notório o lugar de destaque da agricultura, consumindo uma larga maioria de força de trabalho. Na análise do perfil económico, baseado no Produto Interno Bruto (PIB) de seis países da África subsaariana (ASS), nomeadamente Nigéria, África do Sul, Sudão, Angola, Etiópia e Quênia, os autores em causa apontam a economia sul-africana como aquela com características bastante distintas das outras cinco. “Registra baixíssima contribuição da agricultura no PIB e na alocação da força de trabalho nesse setor, além de economia mais diversificada” (Calvete, Lopes, 2020, p. 91).

Como se pode notar na figura 2, é considerável, em cinco países, o peso da força de trabalho na agricultura. Diferentemente, no caso da África do Sul, o mais industrializado, tal ocorre, primeiro nos “serviços”, em segundo lugar, na “indústria” e, em terceiro, na “agricultura”. Em geral, os “serviços” ocupam lugar mais importante comparativamente a “indústria”. Estes elementos conduzem a uma assumpção de maior participação na internacionalização da produção e do comércio por parte da África do Sul cujo desenvolvimento urbano, já no terceiro momento, é significativo; ou seja, Joanesburgo e Cidade do Cabo constituem os principais polos urbanos e concentram os principais polos industriais do país. Seguem-se Durban, Pretória e outras.

No entanto, a conexão com os mercados internacionais pode resultar da pujança da agricultura e sua relação com o desenvolvimento urbano. No Quênia, conforme referem Willkomm *et al.* (2021), baseados em Traoré (2012), mais de 3,5 milhões de pessoas estão directamente ligadas a agricultura urbana e periurbana. Em Nakuru, cidade de proeminente crescimento na ASS, no país acima referido, cuja rápida urbanização ganha considerável destaque, o forte crescimento natural da população e a migração rural-urbana impactaram no rápido crescimento urbano, condicionando a forte pressão no uso do solo. Nakuru apresenta



condições ambientais favoráveis para o desenvolvimento da agricultura o que permite, por exemplo, múltiplas colheitas ao ano. Graças a boas conexões de infraestrutura com Nairobi, capital do Quênia, Nakuru liga a região aos mercados internacionais (Idem, 2021).

É de referir que nos países de industrialização tardia, como os listados na figura 2, à exceção da África do Sul, ocorreu a atração da mão-de-obra, proveniente do campo, pelos polos industriais, como refere Ferreira (2000), em especial os países que receberam empresas multinacionais, criando forte impacto sobre as economias agroexportadoras que passaram para economias "semi-industrializadas". Em contrapartida, a explosão de grandes polos urbanos, em países menos avançados, não foi acompanhada pela provisão de habitações, infraestrutura e equipamentos urbanos em prol da melhoria da qualidade de vida da crescente população urbana (Ferreira, 2000).

Deste modo, tendo em consideração o recente cenário demográfico de África, com uma projeção para um horizonte de 30 anos, a tendência aponta para uma evolução populacional com implicações, por exemplo, no tamanho da população urbana e na idade média. Como Penna Filho (2023, p. 70) refere, para África, baseado no *Worldometers* (2023), o tamanho populacional de aproximadamente “1.350.238 pessoas (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões e duzentas e trinta e oito mil pessoas), o que corresponde a 16,7% do total da população mundial”, poderá passar para “2.489.275 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões e duzentas e setenta e cinco mil pessoas), o que corresponde a aproximadamente 26,3% da população mundial”. Do primeiro bilhão acima referido, com cerca de 43,8% de habitantes, em zonas urbanas, espera-se que, no segundo bilhão, a população urbana passe para cerca de 59,8%. Na mesma senda, a idade média passará de 19,7 anos para 24,8 anos, respetivamente.

É notável a tendência de aumento da população urbana. A migração rural-urbana poderá transportar, entre os hábitos e práticas, a dependência com relação a subsistência para um ambiente onde os desafios dos setores secundário e terciário são mais prementes. Isso tenderá a reforçar o tamanho da população urbana vivendo do trabalho informal, caso se descurem os fortes e necessários investimentos na educação e se mantenha o défice no amparo social e estatal. A atração de mão-de-obra pelos polos industriais poderá fazer alguma diferença, dependendo do grau de especialização e mecanização. As dinâmicas entre a internacionalização da produção e do comércio, por um lado, e o crescente aumento do efetivo da população urbana na ASS, por outro, impactam no crescimento das cidades podendo transformá-las em



importantes polos urbanos cuja movimentação de capitais, massificação de tecnologias, avanço cultural, etc., propiciam as correspondentes inovações tecnológicas.

A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Na ASS assiste-se a um conjunto de problemas como os de gestão e administração pública, os conflitos político-militares, as fragilidades na educação e na saúde, a produção urbana informal/espontânea, a organização formal do território ultrapassada pela intensidade da urbanização, o desafio dos fluxos migratórios rurais-urbanos para a gestão urbana, entre outros, que fragilizam o crescimento económico e sujeitam a inovação tecnológica ao “jogo” da globalização cujo peso exógeno é significativo, seguido de tendência endógena na contínua conquista de seu espaço. A intensificação da urbanização em países da ASS, sobretudo em espaços urbanos periféricos ou fora das áreas centrais, produz uma qualidade infraestrutural e ambiental que deixa muito a desejar. Obriga, por isso, a intervenções articuladas no plano político e económico de modo a promover melhor qualidade de vida à respectiva população urbana. Tais intervenções, dada a fragilidade geral da economia urbana, desafiam a capacidade de produção de inovação tanto na gestão urbana, no material usado nas construções, nas vias de transporte, na mobilidade geográfica da população, como na própria melhoria da qualidade ambiental e física do espaço urbano. Ainda assim, no “jogo” da globalização, um dos grandes ganhos tem sido o surgimento e desenvolvimento de cidades inteligentes, espaços onde a inovação ganha maior visibilidade.

A inovação pode ser definida como a implantação de um dado produto (podendo ser bem ou serviço) “novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho” ou mesmo nas relações externas (Manual de Oslo, 2005 citado por Santos *et al.*, 2013, p. 7). Na esteira da intensificação da urbanização e do “jogo” da globalização, a inovação tecnológica joga um importante papel nessa relação por ter o condão de poder ser impulsionada por cidades potentes, geradoras de riqueza. Estas atraem continuamente a capacidade de inovação (talento) e capital (sobretudo o de risco que é o que permite inovação) (Castells, 2003), o que implica investidores à altura e mão-de-obra especializada. Pelo forte dinamismo económico e social existente percebe-se, como Castells (2003) refere, que a capacidade de inovação tem como suporte, i) a educação, ii) os serviços públicos funcionais e



de qualidade; e, iii) a qualidade de vida (urbana) como importante meio de inovação dado o efeito retroativo sobre a produtividade e esta sobre a primeira (Castells, 2003).

Em grandes áreas metropolitanas, coincidentes com a maioria dos investimentos internacionais, assiste-se a crescentes fluxos transfronteiriços de matérias-primas, bens, informações, renda e capital, muitos dos quais administrados por corporações transnacionais; constituindo-se locais-chave de gestão e manutenção da economia global (Satterthwaite, 2007). Os referidos fluxos podem-se constituir em meios de transferência de inovações das designadas “cidades potentes” para outras. Servem de exemplos as referidas transferências para as economias menos avançadas da ASS, ainda que prevaleça nestas uma força de trabalho pouco especializada dominando os sectores da agricultura e indústria. A capacidade de inovação, como Vale (2009) observa, corresponde aos sistemas económicos mais avançados, onde o conhecimento é mobilizado no sentido de monitorar e avaliar os resultados das acções desenvolvidas e planear futuras acções tendo em conta as pressões de um mercado cada vez mais exigente em termos competitivos à escala internacional. Esse conhecimento tem como fonte instituições de ensino superior, unidades de investigação, centros tecnológicos, centros de formação profissional, entre outros. “Relaciona-se com os processos de inovação por estar no centro das dinâmicas inovadoras (...) da inovação do produto (ou serviço) à inovação de processos, passando pela inovação organizacional” (Vale, 2009, p. 10).

Olhando de um modo geral para África, onde também é possível encontrar as fontes de conhecimento acima referidas, ficam algumas questões. Qual o quadro de oportunidades das cidades dos países africanos, na actual transição urbana e na Era da Informação, para desempenharem o papel proposto por Castells (2003), que é o de serem meios produtores de inovação e de riqueza? Por que processos terão de passar essas cidades para se constituírem meios integradores da tecnologia, da Sociedade e da qualidade de vida, produzindo um ciclo virtuoso de crescente melhoramento geral urbano?

O sector da educação, os serviços de promoção do comércio e a baixa qualidade de vida geral, remetem a enormes desafios o conjunto dos países africanos na vertente inovação. Por seu turno, a qualidade dos serviços de promoção do comércio na ASS apresenta-se ainda incipiente, dado que os meios logísticos e as infraestruturas de transporte, processos fronteiriços e práticas alfandegárias (FMI, 2019) necessitam de estar à altura da “nova economia” no sentido de beneficiar-se dos ganhos derivados da flexibilização dos processos de trabalho, minimizando



assim a distância entre os que jogam o “jogo” da globalização e os que dele não se beneficiam directamente. Estimativas apontadas por Commins (2018) referem um crescimento anual das cidades africanas em cerca de 22 milhões de pessoas, com uma possibilidade de duplicação nos próximos 25 anos. Ainda segundo as mesmas, espera-se que o efetivo de jovens, dos 15 aos 24 anos de idade, aumente em 174 milhões, entre os anos 2000 a 2030. Esta importante força de trabalho, maioritariamente desempregada (60%), pode ser considerada um importante factor de risco na estabilidade política e social. Ainda assim, não deixa de ser um factor de pressão para a melhoria da qualidade de gestão e inclusão económica e social bem como um potencial para a inovação ao nível dos sistemas económicos em que se inserem.

O dinamismo dos centros urbanos, por exemplo na ASS, onde 62% reside em favelas ou “cidades informais”, segundo Amegah (2021), é acompanhado por um quadro de urbanização fragmentada. Isto pode ser observado em Lagos (na Nigéria), Adis Abeba (Etiópia), Maputo (Moçambique), Joanesburgo, Cidade do Cabo e Durban (África do Sul), cuja presença de “slums” ou “cidades informais” refletem não só um crescente dinamismo urbano, mas também a segregação espacial, social e económica, ou mesmo, de um modo geral, duas faces da mesma moeda que culminam num “todo”: a “cidade pensada” ou planeada e a cidade espontânea/informal. Contam-se entre as cidades mais inteligentes da ASS a Cidade do Cabo (África do Sul), Nairobi (Quénia), Lagos e Abuja (Nigéria), Acra (Gana).

Vários programas africanos, elencados por Livingston (2011), foram concebidos para dar resposta às necessidades do continente africano como, por exemplo, O CITI, SmartXchange, Johannesburg Centre for Software Engineering, (Centro de Joanesburgo para a Engenharia de Software), Geekcorps-Mali, Kiwanja.net, Hive Colab e iHub. Os efeitos globais destes, ainda segundo Livingston (2011), são subtis, correndo-se o risco de perdê-los de vista. Recebem visitas de analistas internacionais e de académicos. No passado “vinham dar conselhos e ensinar, não vinham descobrir formas de as últimas inovações tecnológicas poderem contribuir para uma mudança social positiva” (Livingston, 2011, p. 42). Para além da África do Sul, na dianteira da inovação tecnológica, com as cidades de Joanesburgo e Cabo como centros de inovação, com *startups* focadas, entre outros aspectos, nas cidades inteligentes e no melhoramento de serviços urbanos, um dos países da ASS que também se destaca na inovação tecnológica é a Nigéria. Aposta em tornar Lagos uma economia próspera no século XXI. Segundo Jaeger e Basto (2021) o governo nigeriano tem investido em tecnologias de



informação e comunicações (TICs), criando, sobretudo, os parques tecnológicos em zonas especiais económicas, onde se destacam a vila científica e parque tecnológico de Abuja, e o vale do Yabacon. É notória a formação de jovens empreendedores. Por exemplo, a Garagem de Lagos fundada pela General Electric (GE), formou uma geração de empreendedores, com o ensino centrado na inovação em manufatura avançada, desenvolvimento estratégico, cursos de impressão 3D, finanças, Branding, Marketing e inovação (Jaeger, Basto, 2021). Outro destaque, também na Nigéria, é a Eco Atlantic City, considerada exemplo de megacidade tendente a enfrentar os desafios ambientais e urbanos. Desenvolve um planeamento ambicioso e estratégico, prometendo assim ser referência no desenvolvimento urbano sustentável em África (Teles, 2024). No Gana, na região de Grande Acra, o parque tecnológico denominado Hope City, em Prampram, está projectado para ganhar uma imponência urbana considerável por meio de suas torres, transformando o país numa sociedade de conhecimento e activo participante na economia global. A tendência endógena, em crescendo, na inovação tecnológica na ASS é uma realidade. Tendo em conta que os centros de inovação tecnológica exigem mão-de-obra especializada e que a maior parte da força de trabalho ocupa-se da agricultura, conforme foi acima referido, a inovação tenderá a concentra-se e a ser mais expressiva em polos urbanos ou mesmo em cidades de referência regional, podendo manter a intensificação da urbanização não propriamente nestes espaços, mas na periferia dos mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tripé urbanização, economia global e inovação assiste-se a uma inter-relação dinâmica que perfaz um “todo” urbano. Se, por um lado, a cadência geral de urbanização na ASS tende a ser consistente com as estimativas que indicam que a população urbana ultrapassará a população rural nas próximas décadas, por outro, o baixo nível geral de participação no comércio internacional, ou mesmo na economia internacional, dado que o mercado financeiro tem sido consistente com o seu carácter global, faz com que as referidas combinações tripartidas gerem dinâmicas tendentes à manutenção de um desenvolvimento urbano marcado pela polaridade e fragmentação. A internacionalização da produção tem nas multinacionais o seu principal dinamizador, dado que as mesmas impactam na movimentação de capitais, tecnologias e dinamização dos mercados nacionais.



Ainda que ao nível da inovação tecnológica as cidades da ASS estejam a emergir por meio das chamadas cidades inteligentes, olhando para a intensificação da urbanização, os bairros de lata (“slums”) mantêm-se como a expressão de distanciamento entre os que jogam o “jogo” da globalização e os que dele se beneficiam, contribuindo na dinâmica complexidade do desenvolvimento urbano.

É de se formular, com base no presente estudo, que quanto maior for a atratividade do polo urbano, ou da cidade, maior será a tendência de inovação tecnológica e de intensificação da urbanização. No “jogo” da globalização esta formulação pode ser válida em função das possibilidades que o desenvolvimento económico oferece, podendo ou não manter a polaridade e a fragmentação urbanas, uma vez que a atratividade dos referidos espaços se interconecta com o nível de internacionalização da produção, no quadro de um “todo” sistémico.

REFERÊNCIAS

- AMEGAH, A. K. Slum decay in Sub-Saharan Africa: context, environmental pollution challenges, and impact on dweller’s health. **Environmental Epidemiology**, Cape Coast, Ghana, vol. 5, 3 e 158. 20. May. 2021.
- ARAÚJO, M. G. M. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP, Espaço e Tempo**, São Paulo n. 14, p. 165- 182, 2003.
- AUC/OECD. **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018**: Crescimento, emprego e desigualdades, AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, 2018.
- BAEUMLER, A.; D’Aoust, O.; DAS, M. B.; GAPIHAN, A.; GOGA, S.; LAKOVITS, C.; RESTREPO CAVADID, P.; SINGH, G.; TERRAZA, H. **Demographic Trends and Urbanization**. Washington, DC: World Bank. 2021. doi:10.1596/978-1-4648-1112-9.
- CALVETE, C. S.; LOPES, J. S. C. A inserção das maiores economias da África subsaariana no sistema capitalista contemporâneo: uma leitura à luz da teoria de Rosa Luxemburgo. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 75-94, 2020.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, M. A cidade na nova economia. In MACHADO, J. A. S. (org.). **Trabalho, economia e tecnologia**: novas perspectivas para a sociedade global. 2a. Ed. São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. p. 15-29.
- COMMINS, S. Da fragilidade urbana à estabilidade urbana. Centro de estudos estratégicos de África. **Resumo de segurança em África**, n. 35, 2018, pp 1-10.
- DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- Fundo Monetário Internacional). **Perspetivas económicas regionais: África Subsaariana**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2019.



FERREIRA, J. S. W. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva** [online]. 2000, v. 14, n. 4, pp. 10-20 [Acessado 5 Setembro 2022], Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400003>

JAEGER, B. C.; BASTO, I. M. O Nation Branding nas Relações Internacionais: o caso da Nigéria. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 12, 2021, p. 25-54.

LAHERA, E. La internacionalización del proceso productivo. **Estudios internacionales**. v. 17, n. 65, pp. 160-166, 1984.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG, v. 22, n. 81, 2021, p. 235–248.

LI, X.; ZHOU, Y.; HEJAZI, M.; WISE, M. *et al.* Global urban growth between 1870 and 2100 from integrated high resolution mapped data and urban dynamic modeling. **Communications Earth & Environment**. 2, 201 (2021). <https://doi.org/10.1038/s43247-021-00273-w> (Acesso: 04/07/22).

LIVINGSTON, S. A evolução dos sistemas de informação em África: um caminho para a segurança e a estabilidade. **Centro de Estudos Estratégicos de África**. Trabalho de Pesquisa, nº. 2, Washington, D.C, 2011.

LWASA, S. El manejo de la urbanización africana en el contexto de los cambios ambientales. **INTER DISCIPLINA**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2014. DOI: 10.22201/ceiich.24485705e.2014.2.46527. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/46527>. Acesso em: 16 Jun. 2025.

MUTUNGA, C.; ZULU, E. M.; SOUZA, R.-M. **Population Dynamics, Climate Change and Sustainable Development in Africa**. Washington, DC and Nairobi: Population Action International (PAI) and African Institute for Development Policy (AFIDEP), 2012.

NACIFF, Y. D. N.; KNEIB, E. C.; AMARAL, C. V. L. O pensamento sistêmico em análises urbanas: uma perspectiva para o problema da segregação socioespacial nas cidades. *usjt • arq.urb • número 24* | janeiro – abril. São Paulo. 2019.

PARNELL, S. e WALAWEGE, R. Sub-Saharan African urbanisation and global environmental change. In: PARNELL, S., PIETERSE, E. (Edrs). **Africa's Urban Revolution**. London, New York: Zed Books, 2014.

PENNA FILHO, P. A África no século XXI. **CEBRI-Revista**. Rio de Janeiro – RJ. Ano 2 / Nº 6 / Abr-Jun. 2023.

ROLIM, C. **Desenvolvimento agrícola e urbanização**: implicações da proposta da Comissão Econômica para a África (ECA) para as estratégias de redução da pobreza. 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, 2010.

SAGHIR, J.; SANTORO, J. Urbanization in Sub-Saharan Africa. **Meeting Challenges by Bridging Stakeholders**. Washington, Center for Strategic International Studies. 2018.

SANTOS, L. A. A.; SIMÕES, L. S.; BUCK, T. A. Inovação como estratégia para o desenvolvimento sustentável praticado pelas empresas. In: GUEVARA, A. J. (edr.) **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 3-28, set/dez. 2013.

SANTOS, L. A. A.; SIMÕES, L.S.; BUCK, T. A. Inovação como estratégia para o desenvolvimento sustentável praticado pelas empresas. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 4, n.3, p. 3-28, set/dez. 2013 - ISSN 2179-3565.



SATTERTHWAITE, D. The Transition to a Predominantly Urban World and its Underpinnings. **Human Settlements Working Paper Series**, Theme: Urban Change, No. 4, London: IIED, 2007.

SMOUTS, M.-C. É possível democratizar a governança da economia política global? In: GÓMEZ, J. M. (Coord). **América Latina y el (des)orden global neoliberal**. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p 29- 43.

STAMM, C.; LIMA, J. F.; SANTOS, M. S. Polarização e população: apontamentos teóricos. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringá, Brasil. vol. 39, núm. 1, p. 33-41, 2017.

TELES, B. **África**: Nigéria constrói a maior megacidade marítima do mundo, a Eco Atlantic City com valor de investimento aproximado em 6 bilhões de dólares. 2024.

<https://clickpetroleoegas.com.br/africa-nigeria-constroi-a-maior-megacidade-maritima-do-mundo-a-eco-atlantic-city-com-valor-de-investimento-aproximado-em-6-bilhoes-de-dolares/> (Acesso: 13/01/25).

UNITED NATIONS (UN), Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420)**. New York: United Nations, 2019.

VALE e VASCONCELOS, A. **Economia urbana**. Porto/Portugal: Rés-editora, 1984.

VALE, M. Conhecimento, Inovação e Território. **Finisterra** – Revista Portuguesa de Geografia, n.88. Lisboa, 2009. Disponível em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2009-88/88_01.pdf. (Acesso 06/02/20).

VIANA, D. L. Cidade Africana – urbanismo (in)formal: uma abordagem integrada e sistémica. **Atas do 7.º Congresso Ibérico em Estudos Africanos**. 50 Anos de Independências Africanas: Desafios para a Modernidade. Lisboa: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

WILLKOMM, M.; FOLLMANN, A.; DANNENBERG, P. Between Replacement and Intensification: Spatiotemporal Dynamics of Different Land Use Types of Urban and Peri-Urban Agriculture under Rapid Urban Growth in Nakuru, Kenya. **The Professional Geographer**. 73 (2), p. 186-199, 2021. DOI: 10.1080/00330124.2020.1835500.